

Em 16 de outubro de 2024, às 14h, foi realizada a 10ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida de Sorocaba em sua sede, localizada a Rua João Gabriel Mendes, 351 na Vila Gabriel. Participaram os conselheiros titulares e suplentes do **Poder Público**: Suplente SEFAZ Joceli K. Nakagawa; Titular SEQUAV Waldirene G. C. Oliveira; Titular SERH Cybele Moretto; Titular SES Camila Cruz; Titular SEMA Carolina B. M. Oliveira; Titular e Suplente SEPLAN Karin Toledo e Francine Eli Barbosa; Suplente SERIN Edson F. Sales; Titular SAJ Juliana Ap. M. M P. Almeida; Titular SECID Edson Ap. Borges; Titular URBES Cristian J. H. Florentino; Titular SERPO Sérgio Ap. A. Rocha. **Sociedade Civil**, tivemos: Titular CRP Ione Ap. Xavier; Titular APADAS Patrícia Gino; Mario L. T. Júnior – Galera Empresto Sorocaba. Representando as **Pessoas com Deficiência** tivemos: Titular Herick C. Roma; Titular Tânia R. Chiavegato; Titular Maria José G. Souza; Titular Carlos Botelho. **Visitantes**: Jesiel Oliveira do CCPDC; Aurea P. Silva da Associação Santa Rita; Cabral; Lucimeire Ribeiro da ASDA; Lucas Souza Leme da APAE e seus assistidos Bruna C. Fumoreto, Simone e Jonatas; José Edson Oliveira. As pautas desta reunião foram as seguintes: 1) Denúncia referente ao Transporte Especial - APAE; 2) Fundo do Conselho – Joceli da SAJ; 3) Informes. Esta reunião foi conduzida pela secretária Patrícia Gino a pedido da presidente Jeane, devido a impossibilidade de participar por questões pessoais. Iniciamos a reunião abordando a denúncia trazida pela APAE, na fala dos assistidos Jonatas, Simone e Bruna os quais relataram que o veículo do transporte especial é muito apertado, que a rampa é pequena e que deveria ter ar-condicionado, além de falta de higiene. Também se queixaram da agente de bordo Emília, a qual se locomove muito rápido com os usuários/passageiros para embarcar no veículo e que muitas vezes eles não abaixam a rampa para a pessoa com mobilidade reduzida. Cristian, conselheiro da URBES, informou que às vezes falta esta informação de que o usuário precisa da rampa. Lucas da APAE, ressaltou que mesmo que a URBES não tenha esta informação, é importante que o motorista e agente de bordo considere a fala do usuário. Cristian citou o caso de um agente de bordo, que trouxe a seguinte

situação, na qual a família do usuário não queria que *abaixasse a rampa*, para que ele usasse as pernas. A conselheira Francine, sugeriu que o conselho solicite o contrato da prestação do serviço, para que seja verificado as especificações do veículo e analisar se estão de acordo com as normas técnicas vigentes e caso necessário, sejam feitas as adequações necessárias. Ela ainda citou que o representante da URBES Sr. Bertin ficou de fazer esta análise dos veículos, porém, até o momento não apresentou. Cristian informou que há um estudo para mudar o contrato, para que nos próximos lotes a serem abertos, conste que os veículos tenham ar-condicionado. O contrato atual tem validade de 8 anos, com um total 31 veículos, sendo 26 micro-ônibus e 5 vans. Juliana, conselheira da SAJ perguntou se a URBES poderia notificar a empresa para melhorar o serviço atual. A conselheira Ione pontou que a queixa do usuário Jonatas, levou 4 meses para ser solucionada e que é preciso considerar o calor que tem feito, visto que o passageiro fica muito tempo dentro do veículo, sem água, sem banheiro e que na maioria das vezes, depende de terceiros para as necessidades básicas e que qualquer ocorrência ocorrida dentro do transporte, a URBES será responsabilizada. O conselheiro Herick, informou que é preciso dar continuidade ao novo Decreto do Transporte Especial que está parado devido ao período eleitoral e assim, buscar melhorias para o serviço. Ele frisou que é importante encontrar um meio de minimizar o calor dentro de veículo, visto que em alguns casos, não se pode abrir as janelas em decorrência de usuários que jogam objetos. Cristian informou que há um segundo lote para poder melhorar o serviço prestado, porém, nos veículos atuais, não daria para colocar ar-condicionado. Ele sugeriu que o conselho oficialize a prefeitura, solicitando as especificações dos veículos deste novo lote e uma reunião com o Serginho e Cristiane da URBES para que o conselho apresente estas demandas dos usuários. O 2º lote contará com 22 veículos e com prazo de 5 anos para serem trocados. Ione pontuou que é importante que o conselho acompanhe todas as mudanças ocorridas no Transporte Especial, a fim de garantir qualidade no serviço prestado para a pessoa com deficiência. Abordando a segunda pauta, a conselheira Joceli da SEFAZ, informou que o conselho precisa enviar um ofício para a

SEFAZ, autorizando a movimentação da conta pela secretaria, para que o Fundo possa receber o repasse de recursos. O visitante Cabral ressaltou que o governo federal e estadual destina recursos para as pcds e que precisa ter projetos para receber os recursos. Joceli esclareceu que a partir do momento que o Fundo tenha recursos, o conselho poderá abrir um edital para receber os projetos e assim, destiná-los as instituições que preencherem os requisitos do edital. Juliana conselheira da SAJ, ressaltou que é importante que o conselho tenha um escritório de contabilidade para acompanhar as doações/repasses ao Fundo. Ela ainda sugeriu uma reunião da diretoria, para definir quem ficará responsável pelas captações. Concluída esta pauta, fomos para os informes, a conselheira Patrícia fez a leitura da ATA do mês de agosto, a qual foi sugerido alterações e aprovada nesta reunião. A ATA do mês de setembro também foi aprovada, porém, foi deliberado quanto patinetes estacionados sobre as calçadas, obstruindo a passagem de pedestres e pcds. Cristian informou que os usuários são orientados a deixar o equipamento de forma que não obstrua a passagem e que há um raio de cobertura (rastreamento do equipamento), porém, a URBES não consegue monitorar o uso, se foi de forma correta ou não. Patrícia perguntou se haveria a possibilidade em ter locais próprios para deixá-los, como no caso do IntegraBike, no qual Cristian respondeu que o objetivo do patinete é dar mobilidade de acordo com a demanda do usuário. Patrícia insistiu que é preciso encontrar uma forma de educar o usuário, pois é recorrente o equipamento no meio da calçada em diversos pontos. Ficou combinado de o conselho enviar um ofício para a URBES solicitando providências. Ione sugeriu que as orientações estejam dentro do aplicativo, para que o usuário seja obrigado a ler. Patrícia informou que o conselheiro Herick está retornando a sua função de conselheiro titular após a licença eleitoral e perguntou se ele iria dar continuidade a função de alimentar as mídias sociais, as quais ficaram sob a responsabilidade da conselheira Francine em sua ausência, ao qual respondeu que sim, porém, ele convidou a conselheira para permanecer nesta função, ficando os dois responsáveis por esta ação. Herick trouxe a queixa de que o motorista do ônibus 5812 não permitiu que ele embarcasse com acompanhante, pois ele

não apresentou a carteirinha que informasse esta condição. A *conselheira* Patrícia, reforçou que temos que considerar que o motorista estava apenas cumprindo a sua função, exigindo documento comprobatório, ou seja, sendo justo para ambos os lados. Passado a fala para o conselheiro Sérgio da SERPO, o qual está provisoriamente na SES, ele informou que muitas pessoas se tornam pessoa com deficiência devido a acidentes de moto, jovens de 18 a 23 anos e na construção civil e que é preciso realizar um trabalho preventivo. Mario conselheiro do Empresto Minhas Pernas sugeriu colocar na Cartilha PCD, questões como direção defensiva e conscientização em relação aos acidentes de trânsito, os quais deixam sequelas permanentes. Patrícia ressaltou que basta estar no trânsito para observar que muitos condutores de moto não respeitam as regras de trânsito. Concluído este tema, foi passada a palavra para o conselheiro Cristian da URBES, o qual trouxe o caso da menor de 17 anos, diagnosticada com paralisia cerebral e é assistida na APAE. A adolescente fica na entidade até às 16h30 e chegaria em sua residência no bairro mineirão, por volta das 17h30 no máximo, porém, neste horário não há quem a receba em casa. Ela reside somente com o pai (a mãe é falecida), o qual trabalha e alega não conseguir chegar antes das 18h30. Cristian relatou que no último dia 11 de outubro, o transporte passou duas vezes na residência, porém, sem ninguém para recebê-la, ficando no TE até por volta das 19h20. Ele ressaltou que já conversou com o pai e ele alega não poder fazer nada. A APAE informou que o pai deu a mesma justificativa e que o caso foi levado ao Conselho Tutelar Unidade Norte. Lucas informou que está agendada uma reunião para o próximo dia 24 de outubro com o Conselho Tutelar e a APAE para analisar os fatos e encontrar uma solução para que a menor não fique desassistida. A conselheira Maria José sugeriu que ambos os equipamentos conversem com o RH da empresa deste pai, explicando a situação e verificar a possibilidade de ele sair mais cedo. Patrícia perguntou ao Lucas referente a família estendida para poder dar suporte a ele, bem com a possibilidade de ela ser atendida na Residência Inclusiva, porém, ele informou que no momento ela não pode por ser menor de 18 anos. Patrícia ficou de entrar em contato com o Conselho Tutelar

para auxiliar no que couber. As anotações desta reunião foram realizadas pela conselheira Tânia R. Chiavegato em virtude de a conselheira Patrícia estar conduzindo a reunião e posteriormente, a redação foi redigida pela conselheira Patrícia Gino.

Oríelle Apai, informou que o CT+APAE enviou uma convocação por AR p' ficar registrado, pois ele não compareceu na reunião do dia 24/10.

Diante da ausência do pai, ela está suspensa das atividades. Patrícia pgt com quem ela está com ela, sendo informado que ele está em casa.

02/12 nova ação do CT